



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE RONDÔNIA

DO-e-ALE/RO

Nº 119

PORTO VELHO-RO, QUINTA-FEIRA, 14 DE JULHO DE 2016

ANO V

SUMÁRIO

TAQUIGRAFIA	Capa
SUP. DE COMPRAS E LICITAÇÕES	2668
SEC. PLAN. E MOD. DA GESTÃO	2669

TAQUIGRAFIA

ATA DA 30ª AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR SOBRE O SISTEMA PRISIONAL DO ESTADO.

Em 16 de junho de 2016

Presidência do Sr.
Léo Moraes – Deputado

**(Às 15 horas e 41 minutos é
aberta a Audiência Pública)**

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – Boa tarde às senhoras e senhores, sejam bem-vindos à Assembleia Legislativa. Lembrando que esta Audiência Pública será transmitida pelo site da Assembleia Legislativa no endereço al.ro.leg.br.

A Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, atendendo a Requerimento do Excelentíssimo Senhor Deputado Estadual Léo Moraes, realiza Audiência Pública para discutir sobre o sistema penitenciário do Estado de Rondônia.

Convidamos para compor a Mesa o Excelentíssimo Senhor Deputado Léo Moraes, proponentes desta Audiência Pública; Excelentíssimo Senhor Coronel Marcos José Rocha, Secretário de Estado da Justiça – SEJUS; Excelentíssimo Senhor Sérgio William Teixeira, Juiz da Vara de Execução Penal e Medidas Alternativas – VEPEMA; Sr. Diego de Azevedo Simão,

Defensor Público, representando a Defensoria Pública do Estado; Dr. Shalimar Marques, Promotor de Justiça; Sr. Alonso Joaquim da Silva, Presidente do Conselho Penitenciário Estadual – COPEN; Senhor José Joaquim, Ministério de Prisões – ADHONEP.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Invocando a proteção de Deus iniciamos esta Audiência Pública que tem o fito de debater o sistema penitenciário do Estado de Rondônia.

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – Pedimos a todos que fiquem de pé, para ouvirmos o Hino Céus de Rondônia (letra de Joaquim de Araújo Lima e música de José de Mello e Silva).

(Execução do Hino Céus de Rondônia)

Muito obrigado, podem sentar. Excelentíssimo Senhor Deputado Léo Moraes, com a permissão de Vossa Excelência, registrar aqui o Ofício encaminhado a Vossa Excelência pelo Excelentíssimo Senhor Juiz Dr. Carlos Augusto Teles de Negreiros, titular da Vara da Auditoria Militar. Sua Excelência informa que por motivo de força maior não poderá comparecer à Audiência Pública que será realizada hoje, às 15 horas aqui na Assembleia Legislativa.

Nós registramos ainda as presenças da Dra. Andréa Waleska Nucini Bogo, Promotora de Justiça e Diretora do Centro de Apoio Operacional de Política Penitenciária e Execução Penal – CAOP-PPEP; do Senhor Coronel PM da reserva remunerada, José Cantídio Pinto, representando a Associação dos Homens de Negócios - ADHONEP; da Excelentíssima Senhora Dra. Alessandra Apolinário Garcia, Promotora de Justiça do Ministério Público; do Excelentíssimo Marcus Amaral, Secretário de Estado Adjunto da SEJUS; Excelentíssima Dra. Luciane Sanches, Juíza substituta da Vara de Execução Penal; Pastores Bruno Durans, Chiliarney da Silva; Daniel Rodrigues, da Igreja Ministério Batista; Senhor Horácio Silva, empresário; senhores Agentes Penitenciários; Senhora Amanda Palácio,

MESA DIRETORA

Presidente: **MAURÃO DE CARVALHO**
1º Vice-Presidente: **EDSON MARTINS**
2º Vice-Presidente: **HERMÍNIO COELHO**

1º Secretário: **EURÍPEDES LEBRÃO**
2º Secretária: **GLAUCIONE RODRIGUES**
3º Secretário: **ALEX REDANO**
4º Secretária: **ROSÂNGELA DONADON**

SECRETARIA LEGISLATIVA

Secretário Legislativo - **Carlos Alberto Martins Manvailer**
Divisão de Publicações e Anais - **Róbison Luz da Silva**

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, INSTITUÍDO PELA RESOLUÇÃO Nº 211/2012, COMO ÓRGÃO OFICIAL DE PUBLICAÇÃO DO PODER LEGISLATIVO ESTADUAL.

Rua Major Amarante, 390 - Arigolândia
CEP 76.801-911 - Porto Velho-RO

empresária; Excelentíssimo Senhor Dr. Leandro Gandolfo, Promotor de Justiça do Ministério Público; Dr. Hélio Gomes Ferreira, representante da Polícia Civil e Delegacia de Assuntos Penitenciários.

Já estão inscritos para falar aqui e registramos aqui as suas presenças, o senhor Aderbal França, Agente Penitenciário; o Pastor Hirles Francisco Ramos, Presidente da Igreja Pentecostal Vida no Altar. Lembrando que toda dinâmica desta Audiência Pública, a partir deste instante, é de responsabilidade de Sua Excelência Senhor Deputado Léo Moraes, proponente desta Audiência Pública. Sua Excelência vai fazer a dinâmica de quem vai fazer uso da palavra e caso queiram também podem erguer o braço e pedir para fazer uso da palavra. Com a palavra Sua Excelência Deputado Léo Moraes.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Boa tarde a todos. Gostaríamos de agradecer a presença das diversas autoridades que nós temos aqui na nossa galeria, no nosso plenário. Afinal é um tema de suma importância entender a realidade do sistema penitenciário do Estado de Rondônia, que nós possamos fazer um diagnóstico com as pessoas que frequentam, com o Ministério Público, com o Tribunal de Justiça, com a caixa de ressonância responsável por ouvir o eco e as vozes, que é a Assembleia Legislativa; juntamente com servidores do sistema, que estão presentes; também com os representantes que da sociedade civil como um todo; agradecer ao Dr. Sérgio William, por se fazer presente aqui na nossa Audiência Pública; Dr. Diego de Azevedo Simão, Defensor Público, afinal a Defensoria sempre está presente nas mais áspersas discussões dentro desta Casa de Leis; Dr. Shalimar Marques, que tem total desprendimento e sempre nos prestigia, colabora, inclusive em muito, com tudo o que diz respeito a Segurança Pública do nosso Estado; senhor Alonso Joaquim da Silva que é Presidente do Conselho Penitenciário Estadual; e o Zezinho que é do Ministério de Prisões - ADHONEP, está aqui conosco, foi um dos grandes interessados em realizar esse debate, em que pese que sabemos da realidade, como estamos vivendo. Inclusive neste instante, nesta quinta-feira onde existe o Movimento Paredista, por parte dos servidores da SEJUS, que são vários os descontentamentos, mas antes de qualquer coisa vamos entender, fazer este diagnóstico para entrar propriamente no mérito. E eu convido a todos que aqui estão para participarem, afinal Audiência Pública tem essa finalidade, esse condão de aproximar a população. Logicamente do interesse público. Então quem que porventura quiser falar, fazer uso da palavra que se inscreva com o nosso Cerimonial e fique à vontade, à vontade para nos acrescentar para compor esse cenário de deliberações.

Gostaria de por imediato passar a palavra para o José, Zezinho, José Joaquim, que é do Ministério de Prisões - ADHONEP para que possa fazer um breve relato no tempo de 10 minutos acerca da realidade prisional do Estado de Rondônia. Por gentileza a Tribuna está aberta a Vossa Senhoria.

O SR. JOSÉ JOAQUIM – Boa tarde a todos. Aqui quero cumprimentar a composição da Mesa, Deputado Léo Moraes, de grande valia essa iniciativa, discutir melhoras do sistema prisional, ao Coronel Dr. Marcos José Rocha, ao Dr. Sérgio William Teixeira, ao Dr. Diego de Azevedo Simão, ao Dr. Shalimar

Marques, ao senhor Dr. Advogado Alonso Joaquim da Silva e todos aqui presentes: pastores, agentes penitenciários que fazem um grande trabalho, sem eles, nós não poderíamos estar ali dentro, protegidos naquele lugar, nos lugares aonde nós vamos, que é o Sistema Prisional.

Antes, de mais nada eu quero aqui, quero me apresentar. Meu nome é José Joaquim, sou muito conhecido como Zezinho ex-Maria Fumaça, durante 20 anos da minha vida eu fiz grandes eventos aqui, fui mobilizador, fiz carnavais fora de época, tinham noites de 100 mil pessoas, e a minha vida toda fui um empresário, empresário de sucesso, a minha vida toda fiz grandes eventos em Porto Velho, gerei empregos temporários, 3.500 empregos durante aquele período durante esses 20 anos. E na verdade eu não vim aqui para falar de religião, mas, eu vim aqui para falar sobre a assistência religiosa, que é aonde eu faço assistência religiosa dentro do Sistema Prisional, aonde eu tenho que dá um relato aqui e daqui a pouco passar uma pauta de sugestões. Mas na verdade, a vida toda, como eu já falei fiz carnavais, fiz grandes eventos e minha vida fui um cara que sempre errou. Eu sei que quando você erra vem consequência na sua vida, mas, sempre fui uma pessoa do bem, sempre procurei, sou de uma família que veio em busca de sonhos aqui em Rondônia, sempre tive uma criação católica, minha mãe, todo mundo católico, e minha vida teve um divisor de águas. Em 2012 começa uma nova história da minha vida, eu, na verdade eu tenho que fazer esse relato breve, porque são 10 minutos e eu vou ser rápido, mas em 2012 eu fiquei em coma 19 dias, me deram um dia de vida, fui para um hospital Albert Einstein em São Paulo, lá ninguém entendeu, sou um milagre, milagre vivo, foi um dia de vida e estou aqui, e aí comecei a frequentar uma igreja e sei que igreja é curva de rio, só tem o que não presta, por isso que eu fui para lá e lá minha vida se transformou, a minha vida vem mudando, mudando para melhor, mudando como pai, como amigo, foi uma mudança radical, fiquei vivo pelo Senhor Jesus que eu não posso aqui negar que fui transformado, estou sendo transformado; minha casa está sendo restaurada, como eu sou um milagre vivo, eu tenho que testemunhar isso aqui, eu sei, e minha vida vem dando esses saltos positivos. Chegou em 2014, eu me deparei dentro de um presídio, falava que tinha que jogar uma bomba dentro do presídio Urso Branco que ali tinha que eliminar todos que estavam ali, e aí eu me deparei lá dentro, fui preso para ser ouvido, que até hoje não tem uma denúncia, me deparei lá dentro, mas, era um propósito de Deus para a minha vida, para eu ver que há uma segunda chance quando você dá uma oportunidade e há mudança no ser humano e essa oportunidade na minha vida, veio através dessa assistência religiosa que eu faço lá dentro levando amor, levando Bíblia, porque a Bíblia vem transformando a minha vida, a minha casa então eu não posso negar, então foi aqui a palavra de Deus, ela não volta vazia e não voltou vazia na minha vida, na minha família e a todos que estão ali dentro dos presídios e hoje toda semana eu vou ali dentro, eu vejo que está faltando é mais amor, é a gente tirar um tempo para aquelas pessoas e ouvir mais um pouco. Eu sei que elas erraram, estão pagando por algo que fizeram, mas, tem que ter uma pena digna. Eu sei que o sistema tem melhorado muito depois o Dr. Marcos Rocha, o Dr. Marcos Amaral tem melhorado, a verdade é essa, a gente tem que falar, te-

mos que reconhecer, eu sei que vocês estão buscando melhoria para vocês, mas, a gente tem que reconhecer que lá dentro melhorou o sistema prisional.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) - Por gentileza, pedir a todos para preservar a fala do nosso colega, depois de repente se quiser se inscrever em um tempo que seja regimental, todos vão falar, aqui a gente é democrático, mas, principalmente respeitoso e ordeiro, por favor gentileza.

O SR. JOSÉ JOAQUIM - Ok. Então nós temos hoje ali dentro há um sistema que está muito preso, eu vou dar exemplo aqui do Presídio Banda, o Panda na verdade é para 400 e tem 900. Urso Branco é para 380 e tem 700. O Aruanã é um presídio modelo, é um presídio que hoje tem até um tratamento digno ao aprisionado, ao detento e na verdade e que ali também é para 110, então todo o sistema está acima e eu venho aqui com a pauta de sugestões porque o que a gente vê é o seguinte, dentro do presídio: as pessoas que têm assistência religiosa há uma tendência a mudar, hoje são as pessoas que não usam droga dentro do presídio, que eles buscam cada dia mais aconselhar, a melhorar. Então o que eu quero aqui com essa minha fala é se a gente não doar um pouco do que a gente pode fazer, você pode ter certeza que cada dia mais vai ser um caos, por que um caos? Porque é o seguinte, a pessoa entra lá, tem pessoas que entram ali no presídio, Deputado Léo, que nunca viu uma droga, começa a conhecer a droga lá dentro e lá dentro começa a ficar doente porque a droga é uma doença, então se a gente não olhar com cuidado a gente cada dia, porque no nosso Brasil, eu sei que não é aqui em Rondônia, mas, no nosso Brasil nós temos uma cultura de condenar, condenar e jogar lá dentro e eu acho que, eu quero sensibilizar todos vocês aqui que nós como assistência religiosa nós podemos ajudar, podemos ajudar sim, ajudar como? Ampliando-a lá dentro com critério, obedecendo todos os critérios, mas, eu quero dizer que se nós não olharmos hoje ali para dentro, cada dia mais vai aumentar, vai superlotar e eu te digo, o problema será para os nossos filhos, para os nossos netos, então nós temos responsabilidade. E eu vejo que, vou dar aqui alguns exemplos, hoje ali a SUGESPE tem 84.

Já foram os 10 minutos Deputado Léo?

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Não. Pode falar mais 05 minutos, por favor.

O SR. JOSÉ JOAQUIM – A SUGESPE, tem 84 presos classificados, nenhum dá problema. Então eu vejo que o Estado tem “N” frentes de trabalho que a assistência religiosa pode está perto deles também aqui fora, para que? Para acompanhar eles, para dizer que eles têm uma nova chance, que ele tem uma nova oportunidade.

Então hoje, se cada Secretaria de Estado absolver 20 presos, vocês podem ter certeza que nós vamos melhorar cada dia mais, vamos desafogar.

Dia 11 de maio, o STF julgou o Ministro Gilmar Mendes que, isso aqui é uma sugestão nossa da Assistência Religiosa, que o preso semiaberto, por superlotação, tem que ficar domiciliar e nós temos uma sugestão, que cada esse que fique em domiciliar a gente pode mandar um missionário e mandar re-

latório para a Vara, isso é uma sugestão, porque é o seguinte, a pessoa está lá dentro, tem preso que já está com alvará vencido e na verdade ele diz: não, eu prefiro ficar aqui que aqui dentro eu faço três mil reais vendendo droga.

Então, no seio da família a gente consegue recuperar, nós queremos, hoje sou do Ministério de Prisões da ADHONEP, nós queremos sensibilizar vocês aqui que nós podemos as Igrejas de Porto Velho, reunidas, nós podemos nos organizar e cada um desse ser acompanhado pelo missionário.

Hoje, tudo bem que já tem essa Portaria sobre Remissão e nós estamos começando um trabalho dentro do Urso Branco daqui a duas semanas, Remissão pelo estudo da palavra de Deus, a Bíblia, 30 dias, vai remir quatro dias, mas isso é muito pouco, precisamos ali ter mais frente de que? Colocar psicólogos, colocar médicos, porque tem muita gente ali que é patologia, que estão doentes, contaminados com a droga, 80% do preso hoje, 80% usa droga, isso é pesquisa.

Então, quero dizer que, outra coisa, muitos processos, eu tenho falado até com o Dr. Sérgio William, quando passou por ali, quero parabenizar Dr. Sérgio William, o senhor fez um grande trabalho ali dentro, parabenizar, porque o preso, o benefício chegava no dia, estava lá, hoje ficam 90 a 120 dias, de 90 a 120 dias para o preso ter esse benefício é muito, precisamos organizar.

Outra coisa, o Dr. Renato Bonifácio, um homem justo, homem competente, mas é um homem que fica muito doente, que está muito doente, até por problema de saúde, já tenho levado isso a Corregedoria, se ele tivesse aqui ele estava falando. Aquela Vara ali por ter muito acúmulo de processos era para ter dois juizes, essa é a minha sugestão, ter dois Juizes naquela Vara, porque ele tem um problema, então tem outro Juiz junto, porque entra hoje um substituto, amanhã outro, não decide; as coisas demoram acontecer é muito processo e a gente não vê o seguinte: nada de benefício.

Então, quero sensibilizar aqui todos vocês, isso aqui, eu estou pronto para ajudar, eu vim aqui para ajudar, nós estamos aqui não para criticar, agora vamos investir na Assistência Religiosa dentro dos presídios que você pode ter certeza, que vocês vão ver resultado, resultado, porque aqui está um testemunho vivo de mudança, eu mudei, foi uma oportunidade que mudou a minha vida, me abraçaram e me deram uma nova chance, e hoje eu estou mudando fazendo história, fazendo história para a minha casa, para a minha família, andando em princípios eu te falo: quem muda o homem é a palavra de Deus e a palavra de Deus tem mudado. E eu quero aqui encerrar com um versículo da Bíblia: “buscai primeiro o Reino de Deus sua justiça e as demais coisas serão acrescentadas”.

Então, aqui fica essa explanação, tem essa pauta de sugestões, vamos refletir, e vamos melhorar esse sistema porque nós estamos à beira de um caos, eu sei que tem melhorado, mas, precisa melhorar mais. Obrigado.

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – Sr. Deputado Léo Moraes, Proponente desta Audiência Pública, só para registrar aqui a presença do Sr. Valdemir Góes, Diretor Executivo da SEJUS, Sr. Sávio, engenheiro da SEJUS, Dra. Rute, da ASTEC.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Agradecer a participação do Zezinho, a sua contribuição valorosa e em relação à realidade do sistema prisional e por bem mencionar essa questão emocional, esse acompanhamento psicológico, essa terapia necessária para que esses detentos saiam desse ciclo vicioso que é muito difícil, é por isso que o índice de ressocialização no Brasil é baixíssimo em relação a outros Países do nosso, até mesmo do hemisfério sul, imagina se comparar com o hemisfério norte. Gostaria de passar a palavra em ato contínuo ao Excelentíssimo Secretário de Estado da Justiça, Coronel Marcos Rocha para que faça uso da palavra, também no tempo de dez minutos, se quiser usar a tribuna fique à vontade.

O SR. MARCOS JOSÉ ROCHA – Boa tarde a todos. Bem, senhor Deputado Léo Moraes, proponente desta Audiência, Excelentíssimo Sr. Sérgio William, Juiz da Vara de Execução Penal e Medidas Alternativas; Dr. Diego Azevedo Simão, Defensor Público, representando a Defensoria Pública do Estado aqui presente; Dr. Alonso Joaquim, Presidente do Conselho Penitenciário estadual; Sr. José Joaquim, Ministério de Prisões, que é o nosso querido Zezinho, e, a todos os presentes. Quando eu cheguei ao sistema prisional há um pouco mais de um ano, eu encontrei falta de equipamentos e era cobrança do Sindicato por falta de coletes balísticos, falta de estrutura nas unidades prisionais, falta de munição não letal, falta da munição letal, falta de armamento, muitos armamentos danificados; carências de viaturas; carências de efetivo. Dentre outras situações que eu tive o desprazer de ver dentro das Unidades, em todas elas eu já estive, não pude ver todos os plantões, por que se não eu teria que ficar cinco dias em cada unidade, então isso seria muito difícil de se conseguir. Então nós começamos a atuar no sentido de conquistar primeiramente essa forma de melhor atender a quem trabalha dentro das unidades prisionais. Compramos os coletes, compramos todos esses equipamentos que eu acabei de citar aqui, o último que está faltando é o armamento, mas, nós conseguimos 3 servidores muito capacitados, que foram, inclusive, capacitados pelo exército, eles estão fazendo a manutenção dos armamentos, me surpreenderam até com o pior armamento, se tornou um dos melhores, eu tive a oportunidade de ver, e a gente está adquirindo também armamentos da BOITO. Dentro da situação dos presídios, das unidades prisionais, se nós fossemos contratar empresas para fazer as muitas obras existentes em todo o Estado, não há dinheiro que suporte, então nós conseguimos uma equipe de apenados, treinados que começaram então a fazer esse trabalho junto com a equipe de engenharia da SEJUS. Eles fizeram a recuperação do Urso Branco em alguns dias, após aquele motim ocorrido da última vez e ao mesmo tempo nós conseguimos fazer a melhoria do sistema sócioeducativo na parte estrutural e do sistema prisional como um todo. Entregamos agora; havia oito obras paradas no Estado, nós recuperamos todas essas obras, tem a obra das 470 vagas, a obra de 120 vagas de Ariquemes, a obra de 388 vagas de Jaru, que foi retomada e está de vento em popa, a obra de Machadinho, e nós temos também o 603 que tinha uma fazenda em cima dela e eu perguntei: “tem uma fazenda aqui entre os presídios? E falaram: “não, aí é uma área de um presídio”. E aí nós conseguimos a reintegração de posse e está

então pronta para ser, já está sendo construída na verdade. Essas foram ...

O SR. LÉO MORAES (Presidente) - Pessoal, pessoal, fazer silêncio para o Secretário continuar e concluir a fala dele, por gentileza.

Vamos passar a palavra para o Dr. Sérgio William, que é Juiz da Vara de Execução. Juiz da Vara de Execução Penal e Medidas Alternativas, o Dr. Sérgio William, que sempre está conosco, por gentileza. A palavra está com Vossa Excelência Doutor.

O SR. SÉRGIO WILLIAM TEIXEIRA – Uma boa tarde a todos. Agradecer o convite do Deputado Léo Moraes para participar desta Audiência Pública que trata do Sistema Penitenciário e para mim é sempre um motivo de destaque e relevância discutir esse tema, dada a repercussão social que isso de fato representa. Cumprimentar aqui as autoridades da Mesa, na pessoa do Coronel Marcos Rocha, que é o Secretário da SEJUS; sintam-se todos da Mesa referendados, as autoridades aqui presentes também, colegas Promotores, Juizes, Policiais Militares, Autoridades Cíveis, em especial os servidores da SEJUS que estão aqui hoje com as suas reivindicações. Na verdade muito mais do que falar, eu vim aqui para ouvir, ouvir as colocações dos serventuários da Justiça, da SEJUS, ver as suas reivindicações, lembrar sempre que o Sistema Penitenciário, ele é muito complexo, ele tem que ser enfrentado em duas grandes vertentes muito importantes. A primeira delas, em relação aos apenados que é para quem os serviços são realmente voltados. Agora, evidentemente que para ter uma qualidade nesse tipo de serviço, para que o serviço seja de fato ressocializador, recuperador do indivíduo preso, ou seja, é praticamente matar o que há de criminoso no sujeito e permitir que o lado bom, o cidadão mais honesto ressurgir dentro do sistema. É muito difícil que isso aconteça. Mas, certamente só vai acontecer se tivermos uma qualidade, um trabalho especial dos Agentes Penitenciários. A outra vertente muito importante, já que é preciso um trabalho de qualidade, é garantir as condições mínimas de trabalho com qualidade e segurança aos Agentes Penitenciários, daí também a razão de está aqui para ouvir todos vocês. Tem uma frase que eu sempre gosto de lembrar o filósofo alemão Bertolt Brecht, que ele fala e serve bem para o momento que nós estamos vivendo. Dizem, segundo o autor: “dizem violento o rio que transpõe as margens e tudo alaga; mas não dizem, violentas as margens que oprime”. Nós temos que ficar bem atentos porque o momento é de muita atenção, uma greve no Sistema Penitenciário, ela pode ter repercussões desastrosas. Então, só o que eu tenho a chamar atenção de todos vocês, é estarem ao máximo abertos ao diálogo, que as reivindicações de vocês justas, sejam também analisadas com a devida atenção pelas autoridades gestoras e que ao final se cheguem a um consenso. No que for possível, vou está à disposição de todos vocês e mais uma vez reforço: estou aqui para ouvir os dois lados e ao final poder manifestar com mais clareza e com mais qualidade. Muito obrigado.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Agradecemos ao Dr. Sérgio William. E em ato contínuo já passamos a palavra para

o Dr. Diego de Azevedo Simão; Defensor Público, que neste ato representa o Defensor Público Geral do Estado, Dr. Marcos Edson. Por gentileza Doutor.

O SR. DIEGO DE AZEVEDO SIMÃO – Boa tarde a todos. Discutir o Sistema Penitenciário é discutir a crise, é discutir um problema gravíssimo que é conhecido de todo mundo, de todos os agentes que atuam na área penal. Recentemente o STF reconheceu e aplicou a teoria do estado de coisas e constitucional diante do quadro caótico da execução penal no Brasil. E o problema, é um problema complexo e difícil de resolver e na minha visão, ele só pode encontrar uma solução ou menos uma redução de danos de forma coordenada entre o Estado e as instituições, se não for assim, ninguém chega a lugar nenhum. Me preocupa demais e eu tenho dados aqui que eu quero, informações que eu quero apresentar que eu acho importantes, porque eu penso que um evento como esse aqui, dessa natureza, ele é importante para que nós apresentemos problemas e junto possamos construir e buscar alguma solução. No meu modo de ver, para tratar desse complexo problema, nós temos que ter em mente três esferas que é a pessoa do preso, os servidores que atuam no sistema prisional e também a família do preso. Atualmente aqui em Rondônia, há um quadro preocupante de superlotação carcerária como já foi até relatado, e há também muitas dificuldades no que diz respeito assistência material, referente a colchões, quites de higiene, fornecimento desse material. Hoje, obtive informação de que as questões relacionadas aos colchões, por exemplo, estaria sendo solucionado, o que é uma medida muito importante, entretanto, ainda há muito que fazer. No que diz respeito à assistência educacional e ao trabalho do preso, nós fizemos um levantamento e verificamos que ainda também precisa de muita atenção, há muito que fazer ainda, então, por isso a Defensoria Pública já propôs pedido judicial afim de que a comunidade de modo geral, todos os autores do sistema possam nesse eixo encontrar também uma solução. Outros vários problemas são relatados num relatório de inspeção do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária que foi uma inspeção que foi realizada ano passado, e há também um relatório da Pastoral Carcerária que também apresenta um retrato do quadro atual do nosso sistema, essa é uma das problemáticas que nós precisamos encontrar a solução. Outro ponto que é necessário pontuar também, passa pela, como eu disse inicialmente, além da pessoa encarcerada pelos agentes que atuam no sistema. E em relação a esse ponto a Defensoria entende que é necessário haver o treinamento e capacitação de pessoal, é necessário haver fornecimento de equipamentos para segurança, como colocado pelo Dr. Sérgio William, também há que se trabalhar e construir uma política remuneratória e há também que aparelhar e de modo a construir um sistema com um novo paradigma, paradigma de que a execução penal deve buscar a socialização do sujeito que cumpre pena. Senão nos unirmos para isso o caos hoje continuará. O sujeito que ingressa na unidade prisional, ele volta, e de acordo com a Lei deveria voltar após obter condições para a harmônica reintegração social, mas não é o que ocorre. Ainda no que diz respeito ao quadro de pessoal, tomei conhecimento que hoje houve um acordo numa ação que havia sido proposta pela DPE e que haverá contratação de novos agentes também, isso é algo tam-

bém que é importante para o sistema até porque uma das carências do nosso sistema que precisa ser resolvida também é a contratação de pessoal. Eu penso, em suma, o que se tem a fazer principalmente, é buscar, de forma urgente, solução para diversos problemas como aqui relataram. Eu até faço questão de depois passar - o senhor é o Presidente da Comissão de Direitos Humanos, não é? - esse material, que são os relatórios que talvez o senhor não tenha, mas se tiver para tomar conhecimento, e também um pedido que nós fizemos em relação a estudo e trabalho nas unidades prisionais e o que se busca daqui, tenho certeza, é de forma, em várias mãos, digamos assim, a resolução desse problema. E é isso que temos que fazer. Temos que debater; temos que apontar as necessidades e também trazer as soluções. Esse é o caminho a meu ver, está certo? Obrigado.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Eu agradeço a fala do Dr. Diego de Azevedo Simão e também gostaria de deixar registrada a inofismável contribuição da Defensoria Pública para o chamamento dos Agentes Penitenciários, a primeira turma, que participaram da audiência da Vara, inclusive ingressaram com ação e obtiveram sucesso e hoje metade dos agentes já conseguiram tomar posse. Estamos aí no aguardo da segunda leva. Muito obrigado, Defensoria Pública.

Gostaríamos de passar a palavra para o nosso Promotor de Justiça, Dr. Shalimar Marques para que também contribua conosco neste debate. Por gentileza.

O SR. SHALIMAR MARQUES – Boa tarde a todos. Gostaria de cumprimentar primeiramente o Deputado Léo Moraes e agradecer pelo convite que me foi feito, a qual cumprimento e estendo meus cumprimentos a todos os demais presentes e componentes da Mesa. Gostaria de cumprimentar também, reverenciar aqui o meu respeito aos colegas Promotores que aqui se encontram, juízes, delegados de polícia, policiais militares e aos agentes que se encontram no plenário.

Inicialmente gostaria aqui de colocar de forma bem pontual, a minha fala, como eu já expliquei para o Deputado Léo Moraes, a minha atuação em relação à SEJUS acaba sendo meramente reflexa à medida que as consequências decorrentes de algumas situações dentro da SEJUS acabam por desaguar dentro da Secretaria de Segurança, que de fato é minha pasta. Mas isso não me impede de falar a respeito da situação penitenciária, exatamente por conta desses vários embates que nós acabamos tendo que enfrentar por conta dessa situação da Segurança Pública.

Em relação aos senhores, o que eu faço palavras do Dr. Sérgio, também, as minhas palavras, é importante aqui, eu vou fazer uma sugestão, mas, eu hoje aqui gostaria mais de ouvir e receber as proposições, além da sugestão que eu vou fazer aqui, para que a gente chegue a um debate que venha a atender os interesses tanto do Estado, todo corpo jurisdicional, que atua na Execução Penal, no meu, na Segurança Pública, em tudo que diz respeito à atuação de vocês agentes penitenciários. Preocupa-me, Deputado, fazendo apenas uma alusão a um passado não muito remoto, a Secretaria de Assuntos Prisionais, hoje a SEJUS, ela foi criada e quando criada, foi criada na qualidade de Superintendência. Ainda nessa qualidade de Superintendência, ela tomou grande parte de seus

integrantes da Polícia Militar porque precisava dessa força policial para atender aos interesses do Governo do Estado na então Superintendência. Por conta disso, copiou-se um termo, uma expressão constante do Estatuto da Polícia Militar que se atribui a guarda externa dos presídios no Estado de Rondônia, e copiou-se, criando-se uma Emenda Constitucional, copiou-se isso no texto constitucional, e aí nós teríamos, a princípio, eu vejo uma inconstitucionalidade material, porque seria norma de representação, aliás, e essa norma deveria, o que diz respeito às atuações da Polícia Militar serem idênticas ao texto previsto na Constituição Federal com suas atribuições. No entanto, isso foi transferido para a Polícia Militar também a guarda externa, dentro da Constituição do Estado de Rondônia. Para nós é interessante, a princípio, olhando isso como cidadão, que a guarda externa dos presídios seja de fato dos policiais militares, porque a princípio se daria aí uma conotação de maior segurança. Mas eu não concordo com isso. A princípio, eu já havia discutido isso com o Procurador da República a respeito dessa situação e eu vejo a necessidade de se adequar a Legislação dos Agentes Penitenciários Estaduais, a Legislação existente aos Agentes Penitenciários Federais. A minha proposição aqui seria adequar a Legislação Estadual à Legislação Federal que hoje cuida da classe especificamente dos Agentes Penitenciários Federais, isso vai importar em uma série..., isso, penso eu, que vai importar em uma série de modificações dentro da estrutura prisional, e por consequências aumentaria a questão da Segurança Pública como um todo. Na medida em que eu entendo o movimento de vocês, mas, eu penso, isso eu conversei ontem com o Presidente do Sindicato dos Agentes da Polícia Civil, que também anunciaram um princípio de greve, início de uma manifestação pela Ordem e Legalidade e posteriormente a partir do dia 1º de julho pelo Movimento Paredista a ser deliberado. E eu manifestei que nem sempre o financeiro deve ficar exclusivamente como primeiro ponto a ser buscado pela classe. E eu acho que assegurar garantias, e essas garantias eu penso que há muito mais garantias e controles, não só obrigações; há direitos, há muitos deveres, há muitas obrigações e controles na Legislação Federal que diz respeito aos Agentes Penitenciários. No entanto, isso acaba se tornando uma situação muito mais transparente a partir do movimento que a gente tem as definições previstas em Lei. O que hoje eu sinto falta. E dentro desta situação que eu queria colocar a respeito da questão da Segurança, eu entendo que a presença dos Policiais Militares nas guaritas, as guaritas elas seriam e estariam integradas dentro da segurança orgânica do Sistema prisional. E por essa razão por estar dentro da Segurança Orgânica ela deve ser de responsabilidade dos Agentes Penitenciária e não da Polícia Militar, que hoje a gente toma um quantitativo de mais ou menos 160 policiais para o serviço de atuação nos Presídios. E aonde eu coloco essa situação é que se nós formos olhar hoje a situação do DEPEN em visitas aos Presídios Federais, não é a contrapartida que nós teríamos ali, embora não tenha uma Polícia Militar Federal, mas, não temos a Polícia Federal tomando conta das guaritas do presídio Federal, e sim os Agentes Penitenciários dentro de uma escala específica, que cuidam da segurança orgânica e que abrange também as guaritas do sistema prisional. A colocação que eu faço, então, a minha sugestão, eu acho que isso a gente precisa discutir, precisa deliberar,

precisa de outras audiências para que essa situação seja de fato debatida. Mas a minha sugestão aqui coloca ao Sindicato, coloco a Assembleia Legislativa, a adequação da legislação dos Agentes Penitenciários, a legislação hoje existente em relação ao DEPEN, ao Sistema Prisional Federal. Muito obrigado.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Agradecer ao Dr. Shalimar por abrilhantar o nosso Evento. Inclusive, de forma com cunho propositivo apresentando essa solução. Isso logicamente que tem como ser encaminhado através do próprio Estatuto que não existe ainda, da questão da SEJUS, e também tem que entrar neste tema que é a questão do Plano de Cargos, Carreiras e Salários que também visa à questão de dignidade como: com titulação, com a progressão de carreiras, com todas as outras questões que também tratam especificamente do modus operandi e da rotina dos mesmos, através dessas questões que a gente consegue encaminhar. Inclusive, da aposentadoria, Doutor Shalimar, aposentadoria que Agente Penitenciário teve uma conquista notória, o Presidente do SINGEPERON, assim como o Presidente da Associação sabe mais do que a gente, de que diminuiu o tempo da aposentadoria da Agente, mas, o socioeducador continua com mais de 30 anos para se aposentar e não faz o menor sentido porque também trabalha da mesma forma que o Agente Penitenciário.

Nós vamos passar a palavra para o Pastor, me corrija se estiver errado, Pastor Hirles Francisco Ramos, para que use a palavra no tempo de cinco minutos.

Meus amigos, vamos assegurar a palavra aqui, já foi franqueada a palavra agora para o Pastor Hirles. Por gentileza.

O SR. HIRLES FRANCISCO RAMOS – Quero dar uma boa tarde a todos. Agradecer a Deus pela oportunidade, primeiramente; agradecer ao Deputado Léo Moraes por entender e ter a sensibilidade que é o tempo para falar de um assunto tão complexo. A gente vê esse assunto tão difícil de ser tratado, imagino como se ele lançasse vários tentáculos e para se abordar o assunto teria que ter várias Audiências Públicas. Mas, já está tendo um grande começo porque estamos tratando deste assunto e eu creio que sairemos daqui com muitas ideias e muitos projetos a se melhorar em favor do sistema penitenciário. Eu falo sistema penitenciário porque tive o desprazer de um dia passar por ele e hoje eu sou pastor, dirijo uma igreja ali no bairro Três Marias na Zona Leste da cidade, e, posso dizer o sistema pode não ter mudado minha vida, mas ele foi uma ferramenta que o próprio Deus usou para fazer com que minha vida mudasse ali dentro, 08 anos que deixei o sistema penitenciário, posso dizer que Deus tem suas formas de trabalhar na vida do homem, a gente viu o grande trabalho da PM, dos agentes penitenciários, de muitas pessoas para que o sistema possa dar fruto, ou seja, em ver que pessoas saíam dali, regeneradas, e nunca mais voltam. Eu tenho o prazer e o desprazer de conhecer pessoas que saíram do sistema e voltaram, mas, também eu tenho a felicidade de conhecer pessoas que saíram e nunca mais voltaram, assim como eu e como muitos, nunca mais voltaram para aquele local, mas, voltaram como eu que pela graça de Deus já tem três anos que todas as semanas estamos ali no presídio fazendo um trabalho religioso-

so anunciando as boas novas da salvação. E a importância disso é todo homem como está na Constituição merece receber assistência religiosa, a ouvir seja ela do catolicismo, espiritismo, cristianismo, isso não importa, mas, a assistência religiosa tem que estar à disposição de todo homem estando dentro do cárcere, fora do cárcere, em qualquer outro lugar e eu posso dizer a assistência religiosa, ela tem um grande efeito, quando ela é levada para todo homem que está atrás das grades ouvir. Quantas pessoas ouviram à palavra Boas Novas? Porque o Evangelho significa Boas Novas, e quantas pessoas na rua levaram para dentro de um presídio, levaram para o hospital as Boas Novas da salvação e deram à pessoa o direito de escolha, porque o Evangelho traz para o homem uma opção, uma opção de mudar de vida e uma opção de ver que vem de dentro para fora. Eu creio que uma mudança acontece de dentro do coração do homem para fora e venho aqui expressar aos amados Deputados, a todas as pessoas, autoridades que se encontram presentes, que é importante nós a sociedade em geral abrir os olhos para isso, que a assistência religiosa traz muitos benefícios na vida do homem. É bem verdade que ninguém quer que um jovem caia no presídio, mas, se ele chegou a cair, aí é onde entram os padres, os pastores, muitas pessoas com a palavra para ressocializar e para fazer qualquer pessoa mude de vida e quantas pessoas estão na rua. Eu conheço um amigo meu do tempo de presídio que hoje é grande empresário, fez faculdade, hoje trabalha, é pai de família porque um dia ele ouviu que alguém entrou lá no presídio e falou daquela palavra, falou daquele amor, falou que tinha um Deus ou tem um Deus que pode transformar a vida do homem, é por isso a grande importância de ter assistência religiosa em todos os presídios do Brasil, do mundo, porque sabemos que quando se facilita a entrada do Evangelho, quando se facilita para que todos possam ouvir, estamos dizendo para o ser humano que ele tem condição de mudar, que ele tem condição de ter a vida transformada. Então nesta tarde eu venho aqui pedir aos nobres Deputados, autoridades em geral que possamos pensar mais com carinho nessa pauta tão importante, que é fazer com que o Evangelho, a assistência religiosa esteja impregnada em todos os presídios, esteja constantemente às portas sendo escancaradas e que todas as autoridades criem situações para que possam ter assistência religiosa em todos os presídios. Porque como eu disse, eu sou fruto de alguém um dia chegar lá dentro do presídio Urso Branco e falar para mim que tinha uma palavra de mudança para mim se eu quisesse e quando eu dei ouvido para aquela palavra, a minha vida mudou por completo. Assim eu agradeço a oportunidade.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) - Parabéns, parabéns. Obrigado pelo seu relato, pela sua experiência de vida e pela sua transformação. Parabéns Pastor. Passar a palavra para o Sr. Anderson Pereira, Presidente do Sindicato dos Agentes Penitenciários.

O SR. ANDERSON PEREIRA - Boa tarde a todos, boa tarde meus companheiros Agentes Penitenciários e Socioeducadores que carregam no peito esse sistema que já vem falido há muitos anos; cumprimentar a Mesa em nome do Deputado Léo Moraes e de antemão é louvável a atitude desta audiência pública para tratar sobre o sistema, é uma satisfação aqui a pre-

sença do Dr. Sérgio William que eu tive oportunidade de aprender bastante com ele, quando fui Diretor do Urso Branco e também na direção do Ênio Pinheiro, onde ele era o Juiz de Execução Penal, e onde a gente ia lá e as orientações dele para mim sempre serviram como aula e eu aprendi muito sobre o sistema prisional com o Dr. Sérgio William.

Hoje estamos passando um momento tenso, um momento difícil, porque a greve, eu sempre falo isso, ela é ruim para todo mundo, ela é ruim para a gente categoria, é por isso que o Sindicato ele evita movimentos, a gente tenta protelar movimentos e a gente vem protelando isso há muito tempo, prova disso é a quantidade de pessoas que se desfiliaram da entidade achando que os dirigentes da entidade estavam vendidos para o Governo, o que é mentira, mas, é porque a gente sabe, a gente trabalha com responsabilidade e a gente quer evitar maiores danos, tanto para a sociedade como também para o sistema penitenciário que é ruim, mas, chega um momento que foge do meu alcance evitar qualquer situação e aí a gente tem que partir para um movimento paredista para tentar avançar em alguns pontos e como foi informada ao Judiciário que o SINGEPERON, ele foge ao diálogo, a gente não foge ao diálogo, pelo contrário, a gente prioriza o diálogo, a gente evita o embate e é isso que a gente quer, é o diálogo para tentar resolver nossas demandas construindo um Plano de Carreira, um Estatuto que venha servir de alicerce para o sistema prisional, para o sistema socioeducativo, é o que não tem acontecido, não tem acontecido há muito tempo e a gente quer que aconteça, e por isso que nós partimos para esse movimento através de um clamor da categoria que não suporta servidores há mais de um ano sem receber benefícios que é direito constitucional deles, a servidores que trabalham com algum servidor que também recebe um benefício, que ele deveria estar recebendo, o que vai causando insatisfação entre coisas simples, como até um terço de férias que o servidor está de férias e não consegue receber, até uma progressão de classe, que ele não recebe ou um retroativo dessa progressão que ele deveria receber e desde 2013 está parado lá na Secretaria de Finanças, Planejamento, não sei, em algum lugar parado.

Então, são pequenas coisas que vão se acumulando e vai causando toda essa insatisfação, que às vezes os senhores não conseguem entender a revolta desses servidores que trabalham dentro desse sistema penitenciário e o sistema socioeducativo que lida com os menores infratores com alto estresse que vai causando tudo isso, porque o suporte que eles deveriam ter da Secretaria de Justiça, da Secretaria de Administração, eles não têm; porque até um Requerimento Administrativo que eles entram, que eles impetram ali naquele órgão é negado e quando não é negado não é nem analisado e em muitas situações os servidores dos órgãos ainda falam para eles: "não adianta vocês virem aqui, vocês tem que ir ao Sindicato e entrar na justiça". Isso vai criando animosidade nos servidores, devido à lentidão da administração de resolver as questões deles, mas, não é lentidão de três meses, de quatro meses não, é lentidão de anos, nós falamos de lentidão de anos, o que não justifica, e quando vai para o Judiciário, em muitas situações o Judiciário resolve, quando o Estado não consegue derrubar com inúmeros recursos, como aconteceu com uma ação nossa de periculosidade que o Esta-

do com 09 recursos tentou derrubar e graças a Deus e a Justiça, não foi derrubado.

Então, são essas e outras coisas, e eu tenho exemplos de outros Sindicatos que ganharam a mesma ação que nem recurso teve, e como é que uma categoria não vai se revoltar com um Governo que age dessa forma? A gente começa a pensar que a retaliação é contra o sistema penitenciário, é contra os servidores, é contra os servidores que estão ali segurando aquilo ali, que estão dando a vida por aquilo ali, porque estão colocando a vida em risco, quando ele assume aqueles plantões com um presídio superlotado, sem condições com déficit de armamento, com armamento que você não sabe se funciona, que na hora que você vai usar, que você vai descobrir se ele vai funcionar.

Então, são essas e outras coisas que a gente quer trazer, e, o Secretário mesmo fala nos seus discursos, que ele não vai conseguir resolver demandas de mais de 20 anos, mas, algumas já estão em andamento, pelo menos, uma das questões que nós batíamos, batíamos na tecla era a questão do colete. Foi resolvido.

Outra questão era a algema, foi resolvido. Outras questões em rádio HT, porque o agente tinha que dar um tiro numa carceragem para poder se comunicar. Aí se não presta é outra questão, já é manutenção.

Então, são muitas questões que a gente tem colocado como Sindicato e às vezes não tem andamento e agora nós estamos numa discussão, vamos dizer, que pode ser nova, mas não é nova, porque a gente discute que é o plano nosso de carreira cargos e salários, o estatuto a gente discutindo, a gente vem dialogando desde de 2011, eu entrei no Sindicato em março de 2011 e desde lá a gente vem negociando com o Governo do Estado e com os diversos Secretários que passaram pela Secretaria de Justiça e a dificuldade é a mesma, a mesma dificuldade que o Secretário teve com a MEMP, que eu sei que ele teve dificuldade, nós também temos de negociar isso aí, de fazer uma coisa justa. Como eu estava falando agora a pouco com a imprensa ali fora: “você não se preocupa se o Governo vai atrasar salário?”. Eu falei: “eu me preocupo, por isso que a nossa proposta, ela pode ser escalonada em 3, ou 4 anos”. Vamos escalar. Não fizeram assim para a Polícia Militar? Por que quê não para o sistema penitenciário? Para o sistema sócioeducativo? A nossa categoria, ela é flexível para aceitar uma proposta escalonada, parcelada, amarrada na lei, a gente quer amarrada na lei, por que a gente sabe que, ainda com aquela dúvida, que lei é para ser cumprida, apesar de que a lei de insalubridade nunca é cumprida, a não ser quando a Justiça manda, mas, a princípio, lei é para ser cumprida e o Estado em muitas situações não cumpre. Então eu quero agradecer e colocar esses pontos, informar para vocês que hoje na audiência do pessoal do concurso, eu estive presente, solicitei uma reunião ao Secretário Marcos Rocha juntamente com o Secretário George Braga e eles de prontidão já atenderam o meu pedido, agendaram a reunião para amanhã às 10 horas. Então a comissão de negociação aí já está informada, amanhã nós vamos estar lá discutindo alguns pontos, e a gente espera que a gente avance para que a gente chegue com alguma coisa, vamos dizer que sensata, para convencer a categoria de recuar nesse momento e da gente voltar uma negociação, mas, uma negociação justa para os dois lados, para nós e

para a categoria. Para que eu posso conseguir pelo menos defender as propostas que são encaminhadas. Então agradeço, agradeço mais uma vez ao Deputado Léo Moraes, parabéns pela atitude e é muito importante essa atitude de discutir o sistema penitenciário e é o mais importante também não esquecer do sistema sócioeducativo, por que se o sistema prisional está cheio, é reflexo do sistema sócioeducativo está falhando. Por que eu trabalhei no sistema sócioeducativo, eu trabalhei lá, como agente penitenciário em 2005, e, vários menores que eu conheci lá, eu vejo hoje dentro dos presídios. Então o sistema sócioeducativo está falhando, e isso é ruim para o Estado, por que se ele funciona a gente ia conseguir desafogar o sistema prisional e evitar que o menor passe para a idade maior, volte a cometer delitos e entrar para o sistema penitenciário para continuar gerando ônus, custo para o Estado que é caro e todos nós sabemos que é muito caro manter um indivíduo ali encarcerado e a gente não quer isso, o sistema prisional não quer isso. Pelo contrário nós queremos ver aquilo ali funcionando, como funcionou para o meu companheiro ali, Pastor, que eu o conheço, já visitei a Igreja dele, está de parabéns, o pastor Bruno; pastor Bruno que eu conheci dentro do Ênio Pinheiro que, inclusive, profetizou algumas coisas na minha vida que aconteceram e é uma pessoa que eu respeito; que eu vi nascer dentro do sistema prisional e vi crescer, e saiu e está aí na rua recuperado. Então isso é louvável, é sinal que alguém está sendo recuperado, mas, também é sinal que muitos não estão. Então o sistema prisional tem que ser visto com outros olhares por parte do Governo e das autoridades. Obrigado, boa tarde, estou à disposição para qualquer questionamento.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Agradecer o Presidente do Sindicato do SINGEPERON, o Anderson, pela sua fala e também pela legitimidade de sua reivindicação na qual representa milhares de servidores. Passar a palavra para a senhora Daiane Gomes, que é Presidente da Associação dos Agentes Penitenciários e Socioeducadores, a ASPEN.

A SRA. DAIANE GOMES – Boa tarde a todos, boa tarde aos meus sofridos colegas, boa tarde a Mesa. Primeiramente, eu acredito para melhoria do sistema penitenciário é respeito, é respeito. Por que nós somos a mão forte do Estado dentro dos presídios, primeiramente a gente tem que vê que para a gente começar a ser valorizado desde o Secretário ou o porteiro tem que ser um agente penitenciário. Em se tratando do nosso plano de carreira, o tão esperado plano de carreira, hoje no momento de greve, as pessoas, inclusive o Sr. Leandro, Promotor, que nos acompanhou na Colônia Penal em uma denúncia nossa, onde a gente viu que os apenados, servidores usaram água da fossa para tomar banho, fazer comida, hoje a gente passa por um momento difícil, mas, não é agora que a gente deflagrou a greve sem conversar, são seis meses dialogando. São seis meses tentando e buscando valorização, não é só reajuste salarial que nós queremos, eu quero que fique claro aqui, é dignidade, é respeito por parte da Secretaria, a gente passa, nós estamos este ano vai fazer 4 anos sem reajuste salarial, o mínimo reajuste salarial da inflação. E eu gostaria muito que assim quando a gente fala em greve; não precisa ir fazer greve. Como não? Quem está na carceragem sa-

bendo o que está passando é o agente que está lá, é o agente que segura aquilo lá, é o agente que trabalha muitas vezes até não seguindo a portaria que a própria SEJUS que fez, por quê? Por que nós somos responsáveis, nós não somos irresponsáveis, essa greve chegou porque foi o último recurso que nós tivemos, é como eu falei: nós queremos respeito também, nós queremos dignidade, muitas vezes a gente fala, o agente penitenciário trabalha sobre forte pressão. Mas, a pressão não é somente dentro dos presídios, não é somente com ameaça, é pressão de todos os lados, é pressão por parte da Secretaria, é pressão por fazer as coisas às vezes mesmo sem condição. Então, eu quero falar para os senhores aqui, autoridades que estão aqui presentes. A nossa greve, ela foi o último recurso, foi o último suspiro que nós tínhamos, porque o nosso grito não estava sendo ouvido, a gente gritava, gritava e não era escutado. Hoje, a gente vai mostrar que tem valor, nós temos valor e nós vamos mostrar o nosso respeito, porque parece que ele não está sendo visto. Então, fica aqui a minha indignação, fica aqui o meu desabafo; pessoal, vamos ficar firme e forte, vamos fazer aquele trabalho de formiguinha, vamos conscientizar o colega ao lado, é por valorização, é por respeito, eles têm que nos respeitar, a Casa é nossa.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Agradecer a Daiane por sua fala e já passar a palavra para o senhor Aderbal França, Agente Penitenciário.

O SR. ADERBAL FRANÇA – Quero nesta tarde cumprimentar a todos, todas as autoridades e os caros colegas, companheiros e guerreiros, Agente Penitenciário. Eu estive em observância aí dos falatórios das autoridades, eu gostaria de entrar somente em dois tópicos; como, por exemplo, o Dr. Sérgio William falou de segurança. Dr. Sérgio William, o senhor mais do que ninguém sabe da insegurança que os presídios são para os Agentes Penitenciários. Quando o presídio, ele é construído, ele não tem a mínima segurança para o Agente Penitenciário, porque ele é construído de uma porta para outra com menos de três metros, isso para mim é uma falta de respeito, de consideração. Sabe por quê? Porque é o Agente Penitenciário que está lá assegurando a vida do preso e nem ele próprio tem a própria segurança. E eu queria entrar em outro tópico, ao nosso Excelentíssimo Senhor Secretário que fez jus aqui em afirmar a questão do armamento e de outras coisas que ele prestou para a nossa classe. Isso é dever do Estado e o Estado não tem cumprido o mínimo do seu dever. Agora, o quê que adianta nós, ou melhor, dizendo, o Secretário, aplicar em armamento e esquecer da remuneração que incentiva o trabalhador, esse é o maior incentivo que um ser humano pode ter na sua casa. Eu quero dizer mais uma coisa para o senhor Secretário, não vim aqui para afrontar o senhor, muito pelo contrário; nós professamos a mesma fé e um certo dia eu falei para o senhor; que nós cristãos devemos fazer que nem José, devemos fazer que nem José, que ele administrou para o povo. Mas, as coisas estão invertidas, o Secretário que representa a categoria, ele está simplesmente ali representando o Estado e aquele Secretário que deveria lutar pelo nosso direito, ele luta pelo direito do Governador em reprimir o Agente Penitenciário. E a gestão vai mal e eu vou dizer por que; deixem eu dizer uma coisa para todos os que estão, quero parabenizar aqui ao Zezinho

que fez o pedido dessa Audiência Pública; eu quero dizer uma coisa para os vossos colegas, nós não estamos só. Sabe por quê? Porque a palavra de Deus diz o seguinte: que Deus está a favor dos oprimidos e é isso que o Governador infelizmente tem feito, deixa eu trazer somente uma situação para cá, até o porte de arma, até o porte de arma foi negado para nós. O Senhor Governador teve a coragem de entrar com uma ADIN pela inconstitucionalidade porque aqui o Presidente estacionou a Lei. Para mim Senhor Secretário, com todo o respeito ao senhor e ao Governador, ele não gosta de Agente Penitenciário. Mas, nós temos que entender, as autoridades aqui têm que entender uma coisa, é o Agente Penitenciário que segura os Presídios desse Estado e de todo o Brasil. E não somos respeitados. Hoje eu tive observando uma nota, onde o Desembargador, ele fala o seguinte, engraçado, eu acho engraçado isso porque quando é para dar um benefício para a categoria, ele não é incluso na Segurança Pública, ele não é incluso na Segurança Pública. Mas, o Desembargador deu uma liminar dizendo que nós não fazemos parte, mais exercemos as mesmas funções. E porque que o Governador não dá um salário digno para nós, igual aos PMs, igual ao Policial Civil? Isso que eu não entendo. Eu acho no meu entendimento que ele não gosta de agente penitenciário, no meu entendimento, ele não gosta de agente penitenciário por que se gostasse, investisse, se gostasse investisse no agente penitenciário. Eu gostaria com a permissão do Deputado Léo Moraes, de colocar um áudio para que todos ouvissem.

(Apresentação de um Áudio)

Quero terminar a minha fala aqui, pedir a conscientização de todas as autoridades competentes que se fazem presentes, e aqueles que não se fazem presentes, que ninguém, não é simples a gente decretar greve, a autoridades que aqui se encontram; os juízes que conhecem bem o sistema sabem do que eu estou falando, e de como faz parte o agente penitenciário dos presídios. Esse foi o último caso que nós tivemos para pedir ao Governador: valorize os seus funcionários. Nós precisamos de valorização. Eu quero conscientizar todos que aqui estão pela nossa greve. Nós também não queremos greve, foi o Governador que quis muito obrigado.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Agradecer ao Aderbal. E fazendo um adendo a sua fala que agora os servidores, agentes penitenciários e também socioeducadores, logo, logo, serão inseridos nos organismos de segurança pública, está tramitando no Congresso Nacional, Projeto do Senador Cássio Cunha Lima. E daí a gente, consiga daí talvez essa equiparação, essa isonomia e tantas outras condições de trabalho que compete a todos vocês. Isso é uma conquista do Congresso Nacional, Senador Cássio Cunha Lima, eu tenho acompanhado aí no dia a dia, logo, logo irá para votação.

Passar a palavra para o senhor Isaac Bonfim, socioeducador.

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – Enquanto caminha para fazer uso da palavra, regirar a presença da Dra. Thaís Cunha, Procuradora do Estado.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) – Pessoal acabaram de me avisar aqui que o Secretário só vai ao banheiro e já retorna. Senhor Isaac Bonfim, socioeducador por gentileza.

O SR. ISAAC BONFIM – Boa tarde a todos. Sem demora com esse cumprimento, eu espero ter alcançado a todos aqui, o tempo é precioso, então, vamos direto ao assunto. Eu quero falar aqui em nome dos caros colegas socioeducadores, que também fazem parte desta função tão nobre e importante para a sociedade e para a segurança pública e que também faz parte da SEJUS, que é a Secretaria de Estado da Justiça. A socioeducação no Brasil e em Rondônia, demanda uma discussão a curto, médio e longo prazo, que passa desde a redução da maioria penal às melhores condições de trabalho para os servidores, dentre outras demandas e discussões que devem ser feitas. Mas eu queria destacar aqui três pontos principais, que nós socioeducadores, e acredito também que em algumas partes é comum às duas funções, dos agentes penitenciários. Por exemplo, os socioeducadores têm várias carências para exercer essa função. Quero destacar aqui o Plano de Segurança da Socioeducação do Estado de Rondônia que até hoje não foi finalizado, até hoje. Por que é que o Plano de Segurança é importante? Porque ele delibera, ele delimita as nossas ações. Isso não foi feito. Por exemplo, o Plano de Segurança trata, por exemplo, dos equipamentos de proteção anti-tumulto que nós podemos usar dentro das unidades socioeducativas e nós não temos isso deliberado. Por isso nós ficamos a mercê, a gente trabalha, embora com menores, porém, o risco é grande tanto quanto os maiores. E os colegas que estão a mais tempo ainda do que eu, e, a grande maioria dos socioeducadores sabe disso, o risco é muito grande. Sofre ameaças, sofre tentativa mesmo de agressão ou até mesmo de assassinato, dentro da unidade também o socioeducador. E como é que ele age lá? De peito aberto e de mão vazia. Não estou querendo dizer que devemos usar da forma mais brusca possível. Não. Mas o Plano de Segurança trata disso, dos equipamentos de proteção anti-tumulto. Que a gente não pode usar, por exemplo, porque não tem o Plano de Segurança finalizado, nem uma tonfa. E eu vou aqui justificar o uso da tonfa, por exemplo. Recentemente, na unidade do Rio de Janeiro, onde eu sou lotado, Unidade I, num conflito entre adolescentes, um tentou assassinar o outro lá com objeto perfurante e o Socioeducador vai entrar na frente como, se ele não tem nada na mão? Nada, nada. Eu não estou dizendo que é para agredir, mas, pelo menos para inibir, para intimidar, para assustar, para ver se consegue salvar o outro lá que está sendo agredido. Isso é uma realidade do sistema socioeducativo. E isso infelizmente não é visto. Isso não é visto. Plano de Segurança, precisamos ver isso aí urgentemente. As autoridades aí, a quem compete ver, ao Conselho Estadual, precisa ver isso aí urgentemente, a Coordenadoria, a Gerência ou a Secretaria como um todo, deve ver. Outra questão que eu queria citar aqui é, por exemplo, que haja um cuidado maior, por exemplo, a atuação do juizado como órgão fiscalizador das medidas socioeducativas e até mesmo da gestão das unidades, a gente respeita o trabalho do Juizado, mas há algumas situações, por exemplo, que o adolescente simplesmente faz alegações para estes órgãos e muitas vezes a alegação, na maioria das vezes, falsa desse adolescente, ela tem mais peso do que a do servi-

dor público. O que eu estou falando aqui é que deve ser imparcial, deve ser imparcial. Ouça o adolescente, ouça o servidor, investigue, mas, que não acredite de primeira mão, porque verdade é que a doutrina da proteção integral faz com que às vezes confunda um pouco. Por que é proteção integral, então eu devo olhar só para a necessidade do Socioeducando e esquecer o Socioeducador? É preciso rever isso aí em muitos aspectos. E o terceiro e último ponto e acredito que seja mais urgente e em curto prazo, é que o Poder Executivo, como não esperar que a categoria dos agentes penitenciários e socioeducadores não decidam pela greve, como não esperar? Eu como socioeducador, e acredito que a grande maioria reconhece que é uma decisão sim, melindrosa, é uma decisão difícil, porém, foi à última alternativa e eu vou dizer por que foi. Eu, por exemplo, estou sendo prejudicado como servidor público e socioeducador, há um ano, vou fazer já um ano que entrei nessa nova turma aí. Estou sendo prejudicado naquilo que o governo já poderia estar fazendo. Não recebemos um direito que já está garantido, que é líquido e certo, insalubridade, periculosidade, eu não recebo. Eu tenho aqui o protocolo aqui, olha. Eu protocolei na SEJUS, lá no GGP dia 08 de janeiro, administrativamente, solicitando o meu direito, a minha periculosidade e até agora eu não recebo. Por quê? Por que não? Aí os senhores hão de convir comigo que somando outras problemáticas a essa, a insatisfação por não receber o Direito garantido, como a insalubridade, periculosidade e outros adicionais, eu tenho colegas ali que, por exemplo, entrou de férias, mas não recebeu o adicional das férias lá, um terço, não recebeu. Essas insatisfações vão se juntando as tensões do dia a dia lá na unidade e faz com que a gente tenha que tomar uma decisão mais enérgica. Por isso que vocês, autoridades aqui acham que nós estamos sendo radicais ao extremo, eu penso e peço aos senhores que revejam esse pensamento, reveja e pondere, porque na verdade nós não estamos sendo radicais. E eu não estou sendo pessimista, estou sendo realista. E, também, otimista de que com a greve e com o movimento nós vamos alcançar melhorias.

E eu quero aqui finalizar os minutos que me restam, perguntando que o Secretário que no tempo oportuno nos responda, responda a nós efetivamente. Por que eu não recebo? É um direito meu. Eu solicitei administrativamente, eu tenho que mover uma ação na Justiça como a grande maioria faz? Já vai fazer um ano, não recebo periculosidade, mas, todos os dias eu corro o risco quando eu estou de plantão. Então essas situações, esse descaso, a gente respeita o Governador, respeita na verdade o Governo que é impessoal, que deve ser impessoal, mas, é impossível deixar que isso corra desta forma. Eu quero, eu preciso, é um direito meu, eu tenho filhos que dependem da minha renda. Por isso eu peço que os senhores tomem as ações legais necessárias aí. Porque competentes são vocês. Competentes e estão lá investidos da função de fazer. Se não puderem fazer cedam espaço porque tem gente competente aí para ficar no lugar de vocês. Muito obrigado.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) - Agradecer ao Isaac Bonfim.

E já passar a palavra ao senhor Barros Andrade. Quem Barros Andrade? Tempo de cinco minutos Barros Andrade.

O SR. BARROS ANDRADE – Eu vou ser bem breve, certo? Quero agradecer aos meus companheiros por suas presenças; as autoridades aqui presentes também. Eu vou ser bem breve. Quero apenas fazer algumas perguntas ao Secretário e para as autoridades aqui presentes. Primeiramente, de que adianta pessoal, a gente estar aqui debatendo meios de ressocialização do preso ou do reeducando, se o pessoal que está lidando com esse preso, com esse reeducando lá na ponta não está sendo valorizado também, de que adianta? Eu queria aqui que as autoridades aqui presentes também pudessem colocar isso. Isso é para ser discutido também, não somente a ressocialização do preso.

Uma pergunta para o Secretário, agora. Como o Anderson falou, é reconhecido que depois que o Secretário Marcos Rocha entrou, ele investiu no sistema. Está certo que está devagar para caramba esse investimento, está chegando a passos de tartaruga, mas está investindo. Mas, a pergunta que não quer calar Secretário: o senhor leu aquela minuta que foi passado para o SINGEPERON? O senhor sabe então hoje, hoje, hoje, nos valores de hoje quanto ganha um servidor de primeira classe e segunda classe? O senhor poderia responder para nós, então? Não, poderia ser agora, por favor. Eu sei. O servidor penitenciário, hoje, primeira classe ele ganha R\$ 1.891,00 e o servidor de segunda classe R\$ 2.085,00. A minuta, Secretário, que foi enviada para o SINGEPERON, ela diminui. Só o da primeira classe que ainda ganha R\$ 1.891,00 Secretário. O da segunda classe depois de quatro, cinco anos ele vai ganhar R\$ 2.035,00 Secretário, uma diminuição salarial. E assim quando vai passando para outra classe vai diminuindo mais ainda. O senhor acha isso justo, Secretário? Aí fica a pergunta que não quer calar: o senhor lê essa minuta realmente para enviar para o SINGEPERON?

O SR. MARCOS JOSÉ ROCHA – Você conhece a Constituição Brasileira? Você conhece?

O SR. BARROS ANDRADE – Como?

O SR. MARCOS JOSÉ ROCHA – Conhece a Constituição?

O SR. BARROS ANDRADE – Sim, senhor.

O SR. MARCOS JOSÉ ROCHA – É. Na Constituição fala que pode reduzir salários?

O SR. BARROS ANDRADE – É isso que a gente não entende Secretário, é justamente isso. Por isso que eu estou fazendo a pergunta para o senhor.

O SR. MARCOS JOSÉ ROCHA – Não, é uma pergunta, é uma pergunta que eu estou lhe fazendo.

O SR. BARROS ANDRADE – É isso que a gente não entende.

O SR. MARCOS JOSÉ ROCHA – A Constituição não pode reduzir salários.

O SR. BARROS ANDRADE – O senhor afirma que aquela tabela então está errada?

O SR. MARCOS JOSÉ ROCHA - O que acontece é o seguinte: foi feito um trabalho que foi feito juntamente a várias mãos, a várias mãos, esse trabalho não foi feito nem por mim nem pelo Marcos Amaral, foi uma comissão de servidores de cada uma das classes e esse trabalho foi feito para ser discutido, debatido, foi dado prazo de 60 dias para que nós então fizéssemos e apresentássemos o trabalho da SEJUS, nesse trabalho nesse momento, aí sim haveria discussão, tanto que hoje o Anderson já pediu uma reunião para amanhã, nessa reunião está pronta eu mandei um documento hoje para ele dizendo que a SEJUS está sempre aberta a diálogo, ali não tem nada definitivo, ali não tem nada definitivo porque na verdade tem que ser trabalhado ainda, tem que ser trabalhado, então a partir do momento que foi apresentada uma minuta essa minuta tem que ser trabalhada por todos para que se chegue a um consenso, só isso.

O SR. BARROS ANDRADE - Mas essa minuta que foi apresentada, ela não teria que pelo menos valorizar o servidor, ao invés de tirar o que ele já tem?

O SR. MARCOS JOSÉ ROCHA - Hoje o servidor entra, por exemplo, um Agente Penitenciário entra Agente Penitenciário, daqui a 25 anos, você é o quê? Você é Socioeducador ou Agente Penitenciário?

O SR. BARROS ANDRADE - Eu sou Agente Penitenciário.

O SR. MARCOS JOSÉ ROCHA - Daqui a 25 anos você é o quê? Você entrou quando?

O SR. BARROS ANDRADE - Em 2009.

O SR. MARCOS JOSÉ ROCHA - Em 2009, daqui a 25 anos qual é a sua função?

O SR. BARROS ANDRADE - Agente penitenciário com muito orgulho, se Deus quiser.

O SR. MARCOS JOSÉ ROCHA - Agente Penitenciário, o que a gente está propondo é que exista uma carreira dentro da SEJUS onde você possa, e para alguns que falaram que isso aqui seria militarização, e não fui eu que fiz, se você chegar a loja da esquina ali onde vende roupas você vai ter o vendedor, você vai ter o caixa, você vai ter o gerente, você vai ter o supervisor, isso é hierarquia ou não? Estou fazendo uma pergunta.

O SR. BARROS ANDRADE - Sim, sim.

O SR. MARCOS JOSÉ ROCHA - Isso é hierarquia?

O SR. BARROS ANDRADE - É hierarquia.

O SR. MARCOS JOSÉ ROCHA - Isso é militarização? É pergunta. Não, seja sincero, honesto, é militarização?

O SR. BARROS ANDRADE - Depende de quem está lá na ponta fazendo-a, certo, e depende de que forma ela está vin-

do para a classe, se ela está vindo imposta, com certeza é militarização.

O SR. MARCOS JOSÉ ROCHA - Mas não é imposição, é um trabalho, vocês podem também continuar sendo chamados só de Agente Penitenciário do início ao fim, do início ao fim, não há esse problema, entendeu? Isso daí está sendo trabalhado junto agora com o SINGEPERON também, então é uma opção.

O SR. BARROS ANDRADE - Para finalizar, eu acredito assim, Secretário, o senhor estava ganhando uma pequena admiração por esta classe, entendeu, quando foi o momento do senhor fechar com chave de ouro com um plano decente para nós caiu por água abaixo, certo?

O SR. MARCOS JOSÉ ROCHA - E, repito, o plano não está fechado, ele está sendo trabalhado junto, essa é uma minuta sendo trabalhada junto com o SINGEPERON, é bom que se saiba disso.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) - Nós temos um encaminhamento que está em fase de confecção no que tange a questão de diagnóstico dos grandes problemas, os grandes gargalos, nós discutimos esta semana ainda na Comissão de Segurança Pública a questão do Plano de Cargos, todas essas questões atinentes, inclusive, ao movimento paredista, inclusive demonstrei claro e notório o meu posicionamento, falei até ao Anderson e publicamente a Daiane, que ele não pode ser vinculado o Plano de Cargos a questão do movimento paredista, eu não tenho poder de vincular como teve essa proposta até por um colega da Assembleia, não é o caso, isso daí é competência do Sindicato e a gente respeita e considera legítimo, logicamente que tem o entendimento com o Tribunal de Justiça e o próprio Sindicato e a gente vai apoiar e a gente vai sempre demonstrar os problemas e na verdade a penúria que vive o sistema prisional. Eu sempre comento que é uma realidade nacional, não diz respeito somente ao Estado de Rondônia, mas, que nós temos que avançar e só se avança através do diálogo, se avança através do diálogo e muitas vezes, aí é uma opinião pessoal que deixo registrada que a gente não tem observado o devido diálogo por parte da gestão da SEJUS e que prejudica e muito o atendimento das demandas e dos pleitos, quem sabe agora a gente consegue aí com a demonstração de responsabilidade de todos os atores, de todos os envolvidos. O encaminhamento está aqui para que eu faça a leitura, por gentileza, para que a gente possa encerrar. O SINGEPERON já disse que está à disposição, amanhã tem reunião, Anderson? Você já está sabendo, não é, dessa reunião? É amanhã, não é, Secretário, que o senhor comentou? É, já está acertado a reunião e tomara a Deus que ande bastante, tem outros projetos que, enquanto não confecciona, que até peço celeridade aí, por gentileza, que nós estamos desenvolvendo dentre elas aquele nosso projeto que foi vetado pelo Poder Executivo de que os gestores, no caso os gerentes tanto Gerente Regional como o Gerente Geral seja do Quadro do Sistema, que seja servidores de carreira. Nós vamos retomar essa discussão, já conversei com o Governador Confúcio Moura, com a Casa Civil, que isso é um absurdo que não desenvolva, que a gente não consiga avançar, a Polícia Civil é desse jeito, a Polícia Mili-

tar é desse jeito, o Corpo de Bombeiro é desse jeito e Agente Penitenciário e Agente Socioeducador também precisa ser dessa forma, nós queremos também encaminhar discussão de Agente Socioeducador que utiliza essa nomenclatura de Agente Socioeducador e que possa ter os mesmos direitos e garantias dos Agentes Penitenciários. Nós queremos que no contraturno de quem já trabalha no sistema, eles que tenham qualificação possam lecionar, possam ser professores, possam trabalhar na área da saúde e apresentaremos uma Emenda ao Projeto do Executivo que já foi votado e aprovado aqui nesta Casa de Leis, também é um grande avanço, isso é importante dizer que é competência, prerrogativa e atribuição do Legislativo e assim nós faremos.

Fazer uma leitura, nós já fizemos a leitura do Termo de Compromisso e do prazo estipulado de 30 dias, para encerrar e de uma vez por toda finalizar a questão do Plano de Cargos que compete ao Sindicato com subsídios da Associação dos Servidores Penitenciários.

Isso, que foi conversando que tem 60 dias não é Anderson, da questão da SEPOG, SESEP de discutir impacto para que de uma vez por todas aprove na MENP não é isso? Que foi conversado na segunda-feira, se não me engano.

Eu vou fazer a leitura do Termo de Compromisso, mas é um encaminhamento, isso depende do diálogo de todos os atores aqui, Ministério Público e Tribunal de Justiça.

Termo de Compromisso

Às quinze horas e quarenta e um minutos do dia dezesseis de junho do ano de dois mil e dezesseis, reuniram-se em Audiência Pública, requerida pelo Sr. Deputado Léo Moraes, discutir sobre o sistema penitenciário do Estado, com as seguintes autoridades integrantes da Mesa: Cel. Marcos José Rocha, Secretário de Estado da Justiça – SEJUS; Sr. Dr. Sérgio William Teixeira, Juiz da Vara de Execução Penal e Medidas Alternativas – VEPEMA; Dr. Diego de Azevedo Simão, Defensor Público; Dr. Shalimar Marques, Promotor de Justiça; Sr. Alonso Joaquim da Silva, Presidente do Conselho Penitenciário Estadual – COPEN.

Considerando que o Poder Legislativo sendo o legítimo representante do povo e visando proporcionar melhorias à sociedade em geral, e após as apresentações e reivindicações, pelos participantes da presente Audiência, o Sr. Deputado Léo Moraes, recebeu os seguintes encaminhamentos a ser proposto nesta Audiência:

1 – Ter 02 Juízes na Vara de Execuções Penais. Que é uma conversa que tem que ser feita no Tribunal de Justiça e, lógico, que a gente não pode ser oportunista, irresponsável que isso tem toda uma questão de logística, financeira e, inclusive, de necessidade e conveniência.

2 - Criação de um grupo de captação de recursos para obras, que servirão para ressocialização do apenado. É algo inovador e interessante para iniciar o debate, Dr. Sérgio William.

3 – Participação de psicólogos dentro do sistema prisional.

4 – A Remissão ficta de três a sete dias/mês devido à superlotação do sistema “*Decisão recente do STF DO Ministro Barroso*”.

5 – Mutirão nos presídios para classificação e análise das penas vigentes.

E para tanto será analisado, a questão do Plano de Cargos já está caminhando, se Deus quiser, vamos acompanhar, será assinado pelos integrantes da Mesa e demais interessados, presentes nesta Audiência Pública.

Nada mais havendo a tratar, o Sr. Deputado Léo Moraes, declarou encerrada a presente Audiência.

Se todas as autoridades estiverem de comum acordo farão a devida assinatura, ratificando o que foi acordado nesse momento para que nós possamos encerrar. Se todos estiverem de acordo permaneçam como estão. Todos de acordo.

Fica aqui a nossa solidariedade a todos os servidores penitenciários a todos os nossos socioeducadores, servidores da área da saúde, servidores administrativos e que o Anderson, não tenho dúvidas, assim como a Daiane, que representa todos vocês consigam ter o devido equilíbrio, a temperança para que possamos avançar. E quero deixar registrado na frente das autoridades que eu estou com vocês de acordo com a deliberação e o que for necessário para nós trazermos dignidade a todos os servidores do sistema.

Encerramos a nossa Audiência Pública oferecendo um coquetel.

Invocando a proteção de Deus e agradecendo a participação massiva de todos, inclusive, das nossas autoridades do Ministério Público, Tribunal de Justiça, o nosso Dr. Hélio, Delegado está conosco e demais autoridades e nosso Secretário Adjunto.

Fiquem com Deus, estão convidados ao coquetel. Obrigado.

**(Encerra-se esta Audiência Pública
às 17 horas e 29 minutos)**

SUP. DE COMPRAS E LICITAÇÕES

ATA DA COMISSÃO DE BAIXA DE BENS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA – PROCESSO Nº15066/2015-57

Aos oito dias do mês de julho de 2016, as 11:00 (onze horas), na Divisão de Almoxarifado e Patrimônio da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia na Avenida pinheiro Machado, 1670, bairro São Cristóvão, desta cidade de Porto Velho, reuniram-se os membros da Comissão de Baixa nomeada através do Ato nº 0744/2015-SRH/P/ALE, publicada no diário oficial da ALE/RO nº033 de 03/03/2015, para tratar da Classificação das solicitações de doações dos bens apresentadas a Comissão de baixa, que as solicitações serão classificadas de acordo com as constituições institucionais dos interessados, na forma estatuída pela legislação, seguindo a ordem de preferência:

- 1ª Órgão ou Entidade da Administração Pública Estadual Direta, Autárquica, Fundacional, Empresa Pública, Sociedade de Economia Mista ou outro Órgão integrante de qualquer dos demais Poderes do Estado;
- 2ª Órgãos e Entidades Municipais;
- 3ª Instituições Filantrópicas e Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público;
- 4ª Órgãos da Administração Pública Federal e do Distrito Federal.

Das solicitações, somente instituições filantrópicas apresentaram sendo as seguintes: ASPROVEL – Associação dos Catadores de Matérias recicláveis de rua de Porto Velho, CNPJ – 07.838.781/0001-37 através de seu Presidente - Geraldo Gonzaga de Lima.

Associação de Moradores e Trabalhadores Rurais da Estrada do Belmont, CNPJ – 11.075.271/0001-22 através de seu presidente – Maria de Fátima Dantas Nascimento.

ASBAMGUAMA – Associação Beneficente de Assistência Médica e Social às Populações Ribeirinhas do Vale do Guaporé e Mamoré da Amazônia Ocidental – CNPJ nº06.274.771/000153. Da Habilitação da vencedora, dar-se-á mediante análise dos documentos exigidos e apresentados, no prazo estabelecido no Edital:

- Certidão de Utilidade Pública, devidamente atualizada, expedida por Órgãos federais, Estaduais ou Municipais; ou por Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (cópia);
- Estatuto de constituição social, devidamente atualizado (cópia);
- Atas da última assembleia e da eleição dos atuais dirigentes;
- Documentos pessoais (RG/CPF) do representante – (cópias)

Após análise das documentações apresentadas, foi declarada habilitada a entidade **ASBAMGUAMA – Associação Beneficente de Assistência Médica e Social às Populações Ribeirinhas do Vale do Guaporé e Mamoré da Amazônia Ocidental**, o qual será emitido o Termo de Doação e notificação a retirar os bens no prazo estabelecido no Edital.

Porto Velho, RO 08 de julho de 2016.

LAURICÉLIA DE OLIVEIRA E SILVA
Presidente da Comissão

Membros da Comissão:
Eunilson Costa Freitas

Oswaldo Nunes Neto
Carlos Alberto Vanzella

SEC. PLAN. E MOD. DA GESTÃO

PORTARIA Nº 012 SPMG-ALE/2016

Porto Velho, 14 de julho de 2016.

Ajusta o Quadro de Detalhamento da
Assembleia Legislativa do Estado de
Rondônia

O Secretário de Planejamento e Modernização da Gestão da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, no uso das atribuições que lhe confere o Ato nº 001/2014-MD/ALE e conforme autorização contida na Lei nº 3.745/2015, § 1º, do Artigo 7º, Lei Orçamentária Anual.

RESOLVE:

Art. 1º Promover Ajuste necessário ao Quadro de Detalhamento da Despesa, para atender as necessidades, conforme abaixo:

Código	Especificação	Natureza da Despesa	Fonte de Recurso	Valor
AJUSTE NEGATIVO				
	ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDONIA			
01.001.01.122.1020.2063	ASSEGURAR A REMUN. DE PESSOAL CIVIL ATIVO E ENC. SOCIAIS	3.1.90.11	100	550.000,00
01.0010.1.122.1020.2563	ASSEGURAR O PAGTO DE AUXÍLIOS E BENEFÍCIOS AOS SERVIDORES E MEMBROS DO PODER LEGISLATIVO	3.3.90.46	100	70.000,00
TOTAL				620.000,00

Código	Especificação	Natureza da Despesa	Fonte de Recurso	Valor
AJUSTE POSITIVO				
	ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDONIA			
01.001.01.122.1020.2063	ASSEGURAR A REMUN. DE PESSOAL CIVIL ATIVO E ENC. SOCIAIS	3.1.90.94	100	550.000,00
01.0010.1.122.1020.2563	ASSEGURAR O PAGTO DE AUXÍLIOS E BENEFÍCIOS AOS SERVIDORES E MEMBROS DO PODER LEGISLATIVO	3.3.90.08	100	70.000,00
TOTAL				620.000,00

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Luciano dos Santos Guimarães
Secretário de Planejamento e Modernização da Gestão